



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

**Ano 2, Vol. I, Número 1, Jan-Jun, 2018, p. 116-133.**

## **A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO ENSINO MÉDIO EM SANTARÉM- PARÁ**

Naira Kaline Mendonça dos Santos Bentes, Vanuza Campos Ribeiro &

Tania Suely Azevedo Brasileiro

**Resumo:** Este trabalho apresenta elementos que constituem a Participação da Comunidade Escolar na gestão da Parceria Público-Privada no Ensino Médio em Santarém-Pará. A abordagem deste estudo é qualitativa, com pesquisa bibliográfica e realização de um pequeno Estado da Arte sobre a temática e pesquisa documental. O método de trabalho utilizado abordou duas etapas de coleta de informações que se articularam internamente no processo de análise dos dados, a saber: mapeamento da quantidade dos programas e projetos de parceria público-privada existentes em 25 escolas da 5ª URE de Santarém, bem como as características essenciais em um deles, e a presença na legislação educacional sobre o princípio da participação da comunidade nos processos educativos desenvolvidos na escola.

**Palavras-Chave:** Participação, Comunidade, Gestão, parceria público-privada, escola.

**Abstract:** This paper presents elements that constitute the Participation of the School Community in the management of Public-Private Partnership in High School in Santarém-Pará. The approach of this study is qualitative, with bibliographical research and the accomplishment of a small State of the Art on thematic and documentary research. The work method used included two steps of information gathering that were internally articulated in the data analysis process, namely: mapping the number of public-private partnership programs and projects in 25 schools of the 5 rd EBR of Santarém, as well as the essential characteristics in one of them, and the presence in the educational legislation of the principle of community participation in the educational processes developed in the school.

**Keywords:** Participation, Community, Management, public-private partnership, school.



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

## **Introdução**

Este estudo constitui-se em um recorte de uma pesquisa de mestrado que visa compreender como se configura a gestão escolar de 25 escolas públicas de Ensino Médio Regular do Município de Santarém-Pará, a partir do desenvolvimento de programas e projetos de Parceria Público-Privada iniciados no ano letivo de 2012, considerando à participação da Comunidade Escolar na adesão e implantação das ações de parcerias, ao acompanhamento externo referente ao trabalho da direção escolar diante dos programas e projetos e as contribuições das avaliações externas para a qualidade do Ensino Médio e da Gestão Escolar. Neste texto prioriza-se discutir o nível de participação que a Comunidade Escolar tem vivenciado nos momentos de adesão e implantação de um desses programas/projetos e para a consumação empírica foi realizado um mapeamento dos programas e projetos nas escolas.

A temática da parceria público-privada em educação tem sido bem discutida e pesquisada por vários autores, dentre eles: Adrião e Bezerra (2013), Arretche (1995), Braga (2012b), Brzezinski (2010), Cerqueira (2015), Costa (2006), Luz (2013), Martins (2015), Packer e Ghisleni (2014), Peroni (2012), Robertson e Verger (2012), Santana (1996), Santos (2011) e Souza e Caetano (2013). Entende-se por Parceria Público-Privada um contrato organizacional, de longo prazo de duração, por meio do qual se atribui a um sujeito privado o dever de executar obra pública e prestar serviço público, com ou sem direito à remuneração, por meio da exploração da infraestrutura, mas mediante uma garantia especial e reforçada.

Como a Constituição Federal de 1988 já regulamentava a destinação de recursos públicos à iniciativa privada, a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9394 (LDBEN) de 1996 manteve o mesmo texto, no seu artigo 77. Assim, as Parcerias Público-Privada no setor da educação vêm ganhando visibilidade diante de tantos projetos sendo lançados mundo a fora. Os projetos têm uma gama de escopos, variando desde a delegação da construção, manutenção e operação de atividades não pedagógicas até a inclusão, como obrigação do parceiro privado, de desenvolvimento de cursos de formação



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

para aprimoramento do corpo docente, a promoção de palestras nos setores de interesse da comunidade em que a escola está inserida, dentre outros.

Uma preocupação atual nos modelos em voga refere-se à sustentabilidade das construções de modo a criar ambientes propícios ao aprendizado e envolvimento das crianças com os temas que compreendem a sustentabilidade do planeta. A partir da reestruturação do papel do estado brasileiro surgem as parcerias público-privadas (PPP) que imprimem, na educação pública, orientações teórico-metodológicas advindas da lógica de mercado.

No Brasil, a primeira experiência de PPP no setor da educação encontra-se em processo de licitação e foi encampada pelo Município de Belo Horizonte, em Minas Gerais, por meio da publicação do Edital de Concorrência nº 01/12 com previsão de abertura das propostas dia 15 de maio de 2012. O modelo congrega a obrigação de construção, manutenção e operação de atividades não pedagógicas em 37 unidades de ensino, sendo 32 unidades municipais de ensino infantil e 5 escolas de ensino fundamental. Dentre as atividades não pedagógicas e, portanto, inseridas no escopo da contratação, estão: serviços administrativos; segurança; utilidades e energia; higiene e limpeza; rede de dados; e lavanderia e rouparia. Além da vantagem do poder público ter que fiscalizar um único contratado, a PPP permite que a remuneração varie de acordo com o desempenho e, acima de tudo, garante que a Secretaria Municipal de Educação direcione esforços para a melhoria da qualidade das atividades pedagógicas no município de Belo Horizonte.

Contudo, a implementação de novos modelos de parceria para o desenvolvimento de projetos no setor da educação é iniciada no Brasil como uma alternativa que permite a convergência dos interesses público e privado, a partir da definição de um contrato de longo prazo, como aposta para a melhora efetiva do ensino no país. Todos sabem (e não precisa de comprovação científica para afirmar isto) das condições de precariedade em que vivem as escolas públicas do País, desta forma, a participação plena da Comunidade Escolar, em todas as etapas do processo educacional formal, é mecanismo essencial para garantir melhorias, visto que os direitos educacionais



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

conquistados, garantidos e efetivados, geralmente são resultados da participação coletiva (PARO, 2016).

## **Metodologia**

A abordagem deste estudo é qualitativa, com pesquisa bibliográfica e realização de um pequeno Estado da Arte sobre a temática e pesquisa documental. O método de trabalho utilizado abordou duas etapas de coleta de informações que se articularam internamente no processo de análise dos dados, a saber: mapeamento da quantidade dos programas e projetos de parceria público-privada existentes em 25 escolas da 5ª URE de Santarém, bem como as características essenciais em um deles, além de analisar a presença na legislação educacional sobre o princípio da participação da comunidade nos processos educativos desenvolvidos na escola. Segundo May (2004, p. 205-206), a pesquisa documental

[...] tem o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais. Eles nos falam das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda ou simplesmente não estávamos presentes.

Assim, os documentos trazem informações explícitas e implícitas porque são produzidos num determinado contexto histórico e não estão isentos das ideologias defendidas por seus autores (RIBEIRO, 2017).

Quanto ao processo de tratamento da informação, partimos do pressuposto de que a realidade social é subjetiva, múltipla, dinâmica, resultado de uma construção dos sujeitos participantes, mediante a interação com outros membros da sociedade. E, portanto, buscamos adotar os procedimentos interpretativos para a análise da informação textual e posterior aplicação da estratégia de triangulação interativa (DENZIN; LINCOLN, 2006).



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

## **Resultados do Estudo**

Os resultados estão apresentados tomando por base o compromisso assumido nos objetivos do estudo. Inicialmente buscou-se abordar a temática objeto de estudo e, em seguida, em forma de quadro, apresenta-se os programas/projetos levantados a partir do mapeamento realizado junto as escolas da 5ª URE em Santarém, o que permitiu selecionar um deles para detalhar suas características e anunciar seu nível de participação da comunidade nele, tendo por base a análise documental.

Os Projetos e programas de PPPE implantados nas escolas de Ensino Médio, nas vinte e seis (26) escolas públicas de Ensino Médio Regular, localizadas na área urbana do Município de Santarém, jurisdicionadas pela 5ª URE, da SEDUC/PA, foram implantados desde 2012 cinco (5) com PPPE. São eles: Programa Ensino Médio Inovador/ Jovem de Futuro (PROEMI/JF); Projeto Jovem de Futuro (PJF); Projeto Gestão para Resultados na Educação - PDCA (plan, do, check, act), em português significa planejar, executar, checar e atuar/ajustar; Projeto Aprender Mais Médio e Projeto Mundiar, este último, será abordado mais detalhadamente neste artigo.

Constata-se na análise da literatura que no ensino brasileiro a descentralização é uma temática que vem sendo discutida desde 1834, no Regime Monárquico, quando os membros da câmara dos deputados estabeleceram um conjunto de mudanças chamado de Ato Adicional que afetou bastante as diretrizes da Constituição de 1824. No período republicano, o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, foi um movimento educacional de luta por uma educação pública, única, laica, gratuita e obrigatória que defendeu explicitamente a descentralização, também muitas conquistas foram incorporadas na Constituição de 1934 (CUNHA, 2006).

As pesquisadoras Adrião e Bezerra (2013) afirmam que ocorreu um crescimento da parceria público-privada a partir da alteração feita no artigo 37 da CF de 1988. No dia 04 de junho de 1998 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 19, que modificou o regime e dispôs sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

Distrito Federal. Essa EC trouxe as seguintes novidades para a administração pública: princípio da eficiência, mudanças na forma de criação de entidades paraestatais e contrato de gestão para as parcerias público-privadas.

As defesas em prol da reforma do estado, segundo Adrião e Bezerra (2013), foram as seguintes: a sua ineficiência na resolução dos problemas sociais, justificada pelo excesso de burocracia na sua administração; os elevados índices de corrupção e a falta de controle e transparência. Por causa destes fatos, a EC fez a primeira alteração no artigo 37 da CF, foi acrescido o princípio da eficiência, conforme o texto: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, EC nº 19, 1998).

Menciona-se que as experiências descritas sobre parcerias público-privadas na educação (PPPE) pautam-se em princípios voltados para o mercado, que transformam a educação numa mercadoria e o aluno no cliente consumidor. Dentre algumas de suas características estão: a gestão gerencial; a concorrência; a padronização; o lucro; a eficiência e eficácia para se manter no mercado; o controle através das avaliações em larga escala; valorização dos resultados; otimização dos recursos e outras mais. No entanto, não se pode omitir que as PPPE tenham suas vantagens e consigam “alavancar”, em determinados aspectos, escolas ou sistemas de ensino, pois existem pesquisas, que mostram resultados dessa natureza, dos quais menciona-se os seguintes: redução da evasão e da reprovação, melhoria nos resultados de Língua Portuguesa e Matemática baseada nas matrizes curriculares de referência das avaliações externas, bem como, melhorias nos resultados das avaliações de larga escala, etc. Afinal, os financiadores e proponentes acreditam que é através de uma educação de “qualidade” que se conseguirá o desenvolvimento, principalmente o econômico e o social. Muito embora, isto não, necessariamente, signifique educação de qualidade no seu sentido pleno e não tenha influenciado na redução das desigualdades sociais, da pobreza, da marginalização e da miséria social.

Assim como as PPPE estão presentes em diversos países, também está presente na educação brasileira, em sistemas de ensino e unidades educacionais, através de





*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

entidades não estatais nacionais ou internacionais. Braga (2012b, p. 3) expressa que esta atuação é realizada por grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades.

Fazem parte deste movimento: Banco Santander, Dpaschoal, Instituto Unibanco (IU), Odebrecht, Fundação Itaú Social, Gerdau, Instituto Camargo Corrêa, Fundação Bradesco, Suzano Papel e Celulose, Itaú BBA, ABC, Rede Globo, Instituto Ayrton Senna, DM9 DDB, Rede Energia, Fundação SM, Fundação Vitor Civita, Alexandria, Friends, Rede Record, Mckinsey&Company, Microsoft, Fundação Santillana Instituto Paulo Montenegro, Amigos da Escola, Canal Futura, Instituto HSBC Solidariedade e GOL.

O Instituto Ayrton Senna é uma destas instituições que tem influenciado, com suas ações, em vários contextos educacionais distribuídos em todo território brasileiro. Com seus princípios, procedimentos e instrumentos educacionais próprios, tem feito a parceria com os governos e os sistemas de ensino e implantado projetos e programas direcionados para o processo de ensino e aprendizagem e para a gestão educacional, como exemplos: Acelera Brasil, Se Liga, Gestão Nota 10, Circuito Campeão, Escola Campeã, Gestão Nota 10, dentre outros. Braga e Santos (2012a) afirmam que o IAS tem tido grande atuação na Educação Brasileira devido a abrangência de seus programas, como é o caso da Escola Campeã, programa voltado para a gestão educacional, implantado no período de 2001 a 2004 em 47 municípios de 24 Estados Brasileiros.

Buscou-se, através da realização de um breve Estado da Arte, verificar a presença de publicações com a temática da parceria público privada; para isto utilizou-se como fontes de dados a RBE (Revista Brasileira de Política e Administração da Educação) e o GT 05/Estado e Política Educacional, ambos constantes do *site* da ANPED (Associação Brasileira de Política e Administração da Educação).

Foram encontradas 62 publicações sobre à parceria público-privada em educação (artigos, trabalhos e pôsters), sendo 20 trabalhos no período de 2000 a 2005; 15



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

no período de 2006 a 2010 e 27 no período de 2011 a 2017 (primeiro semestre). Tendo o maior número de publicações nesse último período, o que representa intensa presença desta ideologia no cenário educacional público. Encontrou-se apenas 12 publicações relacionadas diretamente com a temática parceria público-privada e gestão escolar.

O início dessas publicações ocorreu após a aprovação da legislação básica das PPPs (intervalo de 1995 a 2000 foi marcado pela aprovação da legislação que daria legalidade à atuação das PPPs), ainda que as experiências das PPPs na área educacional tenham iniciado na década de 1980 no Brasil. Contudo, no período estudado tempo, em que o País foi governado por quatro presidentes, a fluência no número de publicações não influenciou, de forma significativa, pois os governos seguiram a mesma ideologia neoliberal na condução dos trabalhos, dando sequência a efetivação das reformas educacionais amparadas nesta ideologia.

Essas pesquisas, publicadas pela Anped e selecionadas por este breve estudo do seu estado da arte, foram organizadas em categorias temáticas, conforme tabela 1 a seguir, buscando encontrar os núcleos de reflexão destas pesquisas.

**Tabela 1** - Categorização das publicações da Anped sobre parceria público-privada na educação (2000 – 2017)

Ordem	Categorias Temáticas	Artigo/RBE	Poster/GT 05	Trabalho/GT 05	Subtotal
A	Políticas Públicas Educacionais	5	3	14	22
B	PPPE e Gestão Escolar	2	1	10	13
C	Descentralização	1	0	8	9
D	Programas e Projetos de PPP	0	2	3	5
E	Experiências internacionais	5	0	1	6
F	Atuação dos organismos internacionais	3	1	2	6
G	A autoajuda como estratégia capitalista	1	0	0	1
<b>Subtotal</b>		<b>17</b>	<b>7</b>	<b>38</b>	<b>62</b>
<b>Total</b>		<b>62</b>			

Fonte: Ribeiro (2017, p. 81).

Na categoria “A” - Políticas Públicas Educacionais, as pesquisas analisam as políticas desenvolvidas no Brasil que são fundamentadas na racionalidade gerencial do mercado capitalista e nas contribuições específicas do empresariado nacional, e estão voltadas para diferentes áreas do ensino, tais como: Planejamento, Currículo,





*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

Financiamento, Inclusão, Educação Profissional, Ensino Médio, Desempenho dos professores/remuneração por mérito e Avaliação.

Na categoria “B” – Parceria Público Privada em Educação e a Gestão Escolar, as pesquisas voltam-se para análises de programas de gestão escolar implementados em unidades educacionais ou sistemas de ensino através de PPP. Os programas fundamentam-se na administração gerencial e apregoam a necessidade de uma “educação de excelência”, “educação para o sucesso”, “educação de qualidade”, “escolas eficientes e eficazes”, que não tem, necessariamente, o mesmo significado e sentido presentes na gestão democrática da escola pública.

Na categoria “C” – Descentralização, os estudos reportam-se ao processo de repasse das políticas públicas educacionais para a responsabilidade dos Estados e Municípios, para as empresas privadas e para o terceiro setor, destacando a municipalização do ensino, a transformação do público no público não-estatal e a necessidade da participação comunitária.

Na categoria “D” – Programas e Projetos de Parceria Público-Privada – foram analisadas algumas políticas educacionais referentes à relação público-privada, considerando as características das parcerias e os possíveis impactos das ações no ensino. Como exemplos: o Projeto Autonomia Carioca e o Projeto Nave do Rio de Janeiro; Projeto Amigos da Escola – Todos pela Educação da Rede Globo de Televisão, dentre outros.

Na categoria “E” – Experiências Internacionais, os trabalhos averigam experiências educativas, de cunho mercantilista, implementadas nos anos de 1990 no contexto da reforma do Estado, desenvolvidas em outros países, quais sejam: Escolas Profissionais em Portugal; Educação de Adultos em Portugal; Formação de Professores no Chile; Crise do Sistema Educativo Chileno e experiências de privatização nos Estados



**REVISTA**  
ENSINO DE CIÊNCIAS  
E HUMANIDADES



Laboratório de Avaliação Psicopedagógica,  
Educativa, Histórica, Cultural  
e Social Da Amazônia



NEABI - UFAM



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

Unidos. Destas experiências, uma analisada difere do modelo gerencial, que é o êxito do Sistema Educacional da Finlândia.

Na categoria “F” – Atuação dos organismos internacionais, foram pontuadas as seguintes instituições: Banco Mundial; a Organização Mundial do Comércio (OMC); Comissão Econômica para a América Latina; Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina e Caribe (PREAL) e a UNESCO. As reflexões centraram-se nos princípios de sustentação dos agentes internacionais e nas diretrizes, orientações e formas de atuação sobre diversos países.

Na categoria “G” - A autoajuda como estratégia capitalista, formada por um único artigo, faz referência ao discurso da autoajuda, considerada como uma estratégia usada para a manutenção do sistema capitalista à medida que propaga uma ideologia dominante de (con)formação de um novo ser humano diante das adversidades da vida. Menciona-se que esse discurso está presente em todos os espaços, e inclusive, dentro da escola através das políticas de educação.

O breve Estado da Arte explanado neste relatório, baseado em Ribeiro (2017), teve a intenção de mostrar uma fração do que vem sendo produzindo, ao longo dessas últimas três décadas, em nosso país sobre a temática PPPE.

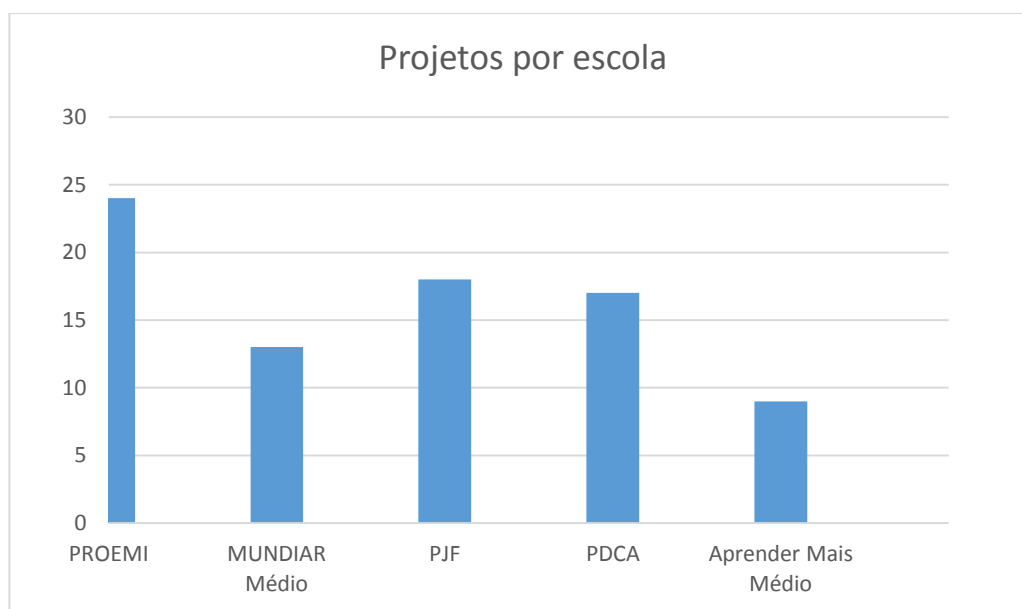
Com relação ao mapeamento dos programas e projetos da PPPE junto ao ensino médio no município de Santarém/Pará, dentre os cinco programas e projetos identificados, dois deles estão diretamente voltados para a gestão escolar: PJJ e Gestão para Resultados na Educação-PDCA. Os demais (PROEMI/JF, Mundiar e Aprender Mais Médio), se relacionam mais ao processo ensino e aprendizagem, envolvendo alunos e professores, muito embora sejam considerados estratégias pedagógicas e metodológicas para melhorar os indicadores da escola que são monitorados pela gestão escolar, estando portanto, interligados com a gestão (RIBEIRO, 2017).

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

A metodologia desses projetos baseia-se nas ideias do Educador Paulo Freire, no que se refere a valorização do conhecimento que os alunos levam para a escola. Portanto, busca aproximar-se da realidade para facilitar o conhecimento, a frequência dos alunos e a conclusão do nível de ensino.

A título de ilustração, o gráfico 1 representa a quantidade de programa ou projeto PPPE em levantado nas escolas da rede pública estadual no município estudado.

**Gráfico 1** – Quantitativo de Projetos PPPE em escolas de Ensino Médio em Santarém/PA



**Fonte:** Instrumentos da pesquisa (2017).

Até 2014 foram implantados o PROEMI/JF e o Mundiari, sendo duas políticas voltadas para o Ensino Médio com PPP, tendo como parceiros, respectivamente, o Instituto Unibanco e a Fundação Roberto Marinho. Em 2012, o PROEMI foi implantado em 11 escolas de ensino médio regular em Santarém-Pa, área urbana. Em 2013, o PROEMI/JF foi implantado em mais 13 escolas, sendo que a duração de cada ciclo era de três anos, encerrando respectivamente, em 2014 e 2015. No período de 2015-2016



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

foram implantados mais dois projetos: Jovem de Futuro e Gestão para Resultados na Educação.

O Projeto Mundiar foi o escolhido para ser estudado mais detalhadamente. Este Projeto é desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação, em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Seu objetivo é aumentar o índice de aceleração da aprendizagem e corrigir o fluxo escolar dos estudantes em distorção idade/ano, possibilitando que eles terminem o ensino fundamental em 24 meses e o médio em 18 meses.

Este projeto utiliza uma ferramenta chamada Telessala, é uma proposta pedagógica que tem como objetivo contribuir também para a formação continuada dos professores. Ela é utilizada em todos os projetos implementados pela Fundação Roberto Marinho desde 1995. Teve como inspiração os filósofos pedagógicos Dom Helder Câmara, Paulo Freire, Freinet, Piaget, Anísio Texeira e Darcy Ribeiro. O Projeto Mundiar é ofertado para o Ensino Fundamental e Médio, e volta-se exclusivamente para o processo de ensino e aprendizagem, assumindo o caráter da unidocência.

. Conforme constata-se no quadro 1 a seguir, o projeto iniciou no ano de 2014 e faz parte das ações do Pacto pela Educação do Pará, que é considerado importante instrumento educacional, pois contribui para corrigir a distorção de idade/ ano no estado. O Mundiar também conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

**Quadro 1** – Caracterização do Projeto Mundial em Santarém/PA

<b>Projeto Mundial – implantado em 2014</b>	
Parceria	Fundação Roberto Marinho (FRM) e BID
O que é	É um Projeto baseada no Telecurso 2000 que utiliza a Metodologia TelessalaTM e funciona na modalidade unidocência, devendo existir uma equipe multidisciplinar, lotada na URE, composta por um professor de cada disciplina, para dar o suporte necessário aos docentes. O Projeto está organizado em módulos: sendo 4 no Ens. Fundamental e 4 ou 5 no Ens. Médio definidos de acordo com a Equipe Gestora da Rede de Ensino, respeitando a legislação educacional e as especificidades das unidades escolares
Objetivo	Acelerar a aprendizagem e corrigir o fluxo escolar dos estudantes em distorção idade/ ano, possibilitando que eles terminem o Ensino Fundamental em 24 meses e o Médio em 18 meses
Ação para gestão escolar	Não apresenta ações diretamente voltadas para a gestão escolar
O que oferece	<ul style="list-style-type: none"> <li>- formação continuada de, no mínimo, 120h para os professores do Ens. Fundamental e 160h para o Ens. Médio;</li> <li>- formações para os supervisores;</li> <li>- acompanhamento pedagógico sistemático pela SEDUC e amostral pela FRM;</li> <li>- equipamentos e materiais para as salas: 01 TV de 29”, 01 aparelho de DVD, aulas gravadas em DVD elaboradas pela FRM; livros em sintonia com as telaulas; estantes, etc.</li> </ul>
Responsável	<ul style="list-style-type: none"> <li>- na escola: um supervisor</li> <li>- na 5ª URE: um coordenador</li> <li>- na SEDUC: um coordenador</li> </ul>
Situação atual	Em andamento em 13 escolas

**Fonte:** Ribeiro (2017).

Cabe destacar que este projeto, ao realizar a transmissão de conteúdos através de aula-vídeos e adotar a unidocência, reduz a possibilidade de atuação de vários profissionais que possuem formações específicas para determinadas disciplinas, ou seja, reduz oportunidades de trabalho. Além disso, “muito embora o conhecimento seja uno, um profissional com formação específica para uma área nem sempre supre a necessidade



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

de aprendizagem dos alunos, visto que esses precisam de mediadores capacitados que ajudem naquilo que não conseguem aprender sozinhos” (RIBEIRO, 2017, p. 127).

Esta realidade anuncia o que pode subliminarmente estar presente nas políticas da parceria público privada, que tem na sua base a diminuição de custos, o que pode comprometer a qualidade da educação oferecida, ainda que as propostas existentes demonstrem o compromisso com a melhora nesta qualidade, porém, desde o paradigma da eficiência e da eficácia, conforme atuam as empresas e instituições de cunho privado.

### **Considerações finais**

Após o levantamento realizado, se pode comprovar que foram implantados no Ensino Médio de Santarém cinco programas/projetos no período de 2012 ao primeiro semestre de 2017, com a parceria público-privada de três organizações, sendo respectivamente: PROEMI/JF (Instituto Unibanco), Projeto Mundial (Fundação Roberto Marinho), Projeto Jovem de Futuro (Instituto Unibanco), Projeto Gestão para Resultados na Educação - PDCA (Falconi Consultores de Resultados) e Projeto Aprender Mais Médio (Instituto Unibanco).

Pode-se observar que todas as 26 escolas estudadas implantaram pelo menos um desses cinco projetos, sendo que duas implantaram todos, constatação que permite entender o quanto os pressupostos teórico-metodológicos que orientam esses projetos influenciaram, de alguma forma, os sujeitos e os processos dessas escolas e especialmente sua gestão, tendo por base os princípios de mercado, cujos fundamentos empresariais são transferidos para os processos educativos e promovem dinâmicas diferenciadas no contexto escolar, tais como: competitividade, aluno nota 10, premiação por méritos, otimização do tempo e dos recursos, responsabilização de gestores, valorização mais dos resultados que dos processos, prioridade no desenvolvimento de competências e habilidades pró mercado, monitoramento e controle sobre o trabalho dos profissionais, dentre outros.





**REVISTA**  
ENSINO DE CIÊNCIAS  
E HUMANIDADES



Laboratório de Avaliação Psicopedagógica,  
Educação, História, Cultural  
e Social Da Amazônia



NEABI - UFAM



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

Observou-se também que os processos de autonomia, de participação e de emancipação, princípios próprios do que seria uma gestão democrática e emancipatória, tem se reduzido nas escolas da 5ª URE em Santarém/Pará.

Quanto aos graus de autonomia já garantidos na legislação, muito embora pouco tenham sido efetivados, podem estar sendo perdidos na prática da gestão escolar se parte significativa de seu tempo (que já é pouco devido a tantas demandas que recai sobre a equipe gestora como já anunciado) e espaço estão sendo preenchidos pelas atividades advindas dos projetos.

Percebe-se também que a gestão escolar tem sido influenciada pelos princípios gerenciais, no seu conteúdo perpassando por todos os processos; no seu planejamento tornando-o mais técnico, aligeirado e com foco no produto final e na sua dinâmica tornando-a padronizada, diminuindo, principalmente a autonomia pedagógica.

No entanto, para àqueles que acreditam que as situações desfavoráveis podem ser ressignificadas em favor da justiça social, Freire (2002, p. 36) diz que é necessário ser persistente, pois,

Um esforço sempre presente à prática da autoridade coerentemente democrática é o que a torna quase escrava de um sonho fundamental: o de persuadir ou convencer a liberdade de que vá construindo consigo mesma, em si mesma, com materiais que, embora vindo de fora de si, sejam reelaborados por ela, a sua autonomia. É com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o ‘espaço’ antes ‘habitado’ por sua dependência. Sua autonomia que se funda na responsabilidade que vai sendo assumida.

A título de conclusão, destaca-se que o compartilhamento de responsabilidades na PPPE não é considerado pelas autoras necessariamente negativo, visto que a própria legislação determina que a Educação é dever do Estado e da família. O que se questiona



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

é que assim como cada sujeito presente no interior da escola e fora dela deve cumprir seus papéis, da mesma forma o Estado deve cumprir com suas responsabilidades.

Neste sentido, as políticas públicas que chegam à escola deveriam ser apresentadas e discutidas com toda comunidade escolar, visto que ela é a maior interessada. O estado, através dos diagnósticos e avaliações que realiza sabe quais são as necessidades das escolas e ele deve provê-las através das políticas públicas, mas, quase sempre não estão de acordo com a finalidade maior que é uma educação de qualidade que promova desenvolvimento integral dos educandos. Dessa forma, a aproximação escola e comunidade, a possibilidade do diálogo e a postura de saber ouvir o outro com respeito fazem-se necessários todas as vezes que políticas elaboradas externamente adentrarem o espaço escolar.

### Referências

ADRIÃO, T.; BEZERRA, E. P. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. In. **Currículo sem Fronteiras**, v.13, n. 2, 2013.

ARRETCHE, M. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 39, p. 3-40. 1995. Site: <<http://neci.fflch.usp.br/node/386>>. Acesso: 28/04/2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, S. B. **O público e o privado na gestão da Educação Básica Brasileira – um estudo sobre a Fundação Itaú Social**. Disponível em: <<http://www.sbec.org.br/evt2012/trab51.pdf>>. Acesso em: 22/09/2016.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF. 1988.



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, p. 185-206. 2010.

CERQUEIRA, Alexandre Martinelli. **Os benefícios, os óbices e as propostas de melhoria das Parcerias Público-Privadas para o futuro do Exército Brasileiro segundo o ordenamento jurídico nacional vigente**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://redebie.decex.ensino.eb.br>>. Acesso em: 26/09/2016.

COSTA, José Andrade. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e o Programa do Estado da Bahia. **Revista Bahia Invest**. Salvador, v. 4. 2006. Disponível em: <http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/PPP>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

CUNHA, Maria Couto. **A descentralização da gestão da educação e a municipalização do ensino, como temas de estudos recentemente produzidos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br>>. Acesso:18/12/2016. Publicado na 29ª reunião anual. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARTINS, Ana Luisa Ferreira. **Parcerias Público-Privadas: uma solução para a educação brasileira?** Monografia de final de curso apresentada ao Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2015.

PACKER, D. K.; GHISLENI, G. M. A efetividade das parcerias público-privadas no Brasil: uma perspectiva comparada. **Revista de Estudos Jurídicos Unesp**. São Paulo, v. 18, n. 28. 2014. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br>>. Acesso em: 18/04/2017.



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE*

PARO, Vitor H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, 2012.

RIBEIRO, Vanuza Campos. **A Parceria Público-Privada na Amazônia**: impactos na gestão escolar do Ensino Médio em Santarém-Pará. 200f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parceria público-privada na governança global da educação. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156. 2012.

SANTANA, Luiz Carlos. **Liberalismo, ensino e privatização**: um estudo a partir dos clássicos da economia política. 232 f. Tese (Doutorado em Educação). Campinas – SP. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

SANTOS, Kátia Silva. **Políticas Públicas Educacionais no Brasil**: tecendo fios. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011>>. Acesso em: 18/03/2014.

SOUZA, S. A. de; CAETANO, M. R. Redes de relações e o Instituto Ayrton Senna. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. **Gestão Municipal da Educação e as Parcerias com o Instituto Ayrton Senna**. Recife: Anpae, 2013.

**Recebido em 20/2/2018. Aceito: 20/06/2018.**

**Sobre os autores e contato:**

**Naira Kaline Mendonça dos Santos Bentes-**

**Vanuza Campos Ribeiro-**

**Tania Suely Azevedo Brasileiro** - Pós-doutora em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com estágio junto a Cátedra Vygotsky da Faculdade de Psicologia da Universidad de La Havana – Cuba, Doutora em Educação. Professora a graduação e pós-graduação UFOPA. E-mail: [brasileirovania@gmail.com](mailto:brasileirovania@gmail.com)